RESOLUÇÃO Nº08, de 01 de agosto de 2024.

ALTERA A RESOLUÇÃO COEMA Nº02, DE 11 DE ABRIL DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – COEMA, no uso de suas competências previstas na Lei Estadual nº11.411 de 28 de dezembro de 1987 e na Lei Complementar nº231, de 13 de janeiro de 2021 que dentre outras competências, determina em seu art. 6°, VI, a incumbência deste Conselho em estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e manutenção da qualidade do meio ambiente (natural e construído) com vistas a utilização, preservação e conservação dos recursos ambientais. CONSIDERANDO a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº7413 que declarou a inconstitucionalidade dos códigos 28.01, 28.02, 28.03 e 28.04 do Anexo I da Resolução COEMA n. 07/2019, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 13.10.2023 a 23.10.2023; CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações e dá outras providências; CONSIDERANDO que o Poder Público tem o dever de estimular a expansão do uso de redes e serviços de telecomunicações pelos serviços de interesse público em benefício da população; CONSIDERANDO a necessidade de adequação da norma à nova realidade que se desenha em razão da implementação do serviço de internet 5G no Brasil; CONSIDERANDO que com a implementação do 5G, conforme Panorama de Radiofrequências da Telefonia Móvel no Brasil – 2021 produzido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, o número de estações rádio base (ERBs) no Brasil poderá chegar a um incremento de até 61%, o que equivale a 154.900 estações até o final da década; CONSIDERANDO que o número de ERBs necessárias à implementação da tecnologia 5G é significativamente superior ao número necessário para implementar as tecnologias anteriores; CONSIDERANDO que cada operadora de telecomunicações implementará sua própria infraestrutura para disponibilizar a tecnologia. RESOLVE alterar o Anexo III da Resolução Coema nº02, de 11 de abril de 2019, nos termos a seguir:

Art. 1º No Anexo III da Resolução Coema nº02, de 11 de abril de 2019, as tabelas dos códigos 28.01, 28.02, 28.03 e 28.04 passam a vigorar com a seguinte redação:

GRUPO 28.00 - SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO

	D to a lalb lall a D con lall a
Estação de Rádio Base para Telefonia Móvel (Atividade 28.01)	Potencial Poluidor-Degradador
, , ,	BAIXO
Qualquer Potência Transmissor Irradiada (w)	60*
Atividade sujeita a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC);	
*Unidade Fiscal de Referência do Estado do Ceará (Ufirce).	
Estação Repetidora – Sistema de Telecomunicações (Atividade 28.02)	Potencial Poluidor-Degradador
	BAIXO
Qualquer Potência Transmissor Irradiada (w)	60*
Atividade sujeita a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC);	
*Unidade Fiscal de Referência do Estado do Ceará (Ufirce).	
	Potencial Poluidor-Degradador
Implantação de Sistemas de Telecomunicações (Atividade 28.03)	BAIXO
	60*
Atividade sujeita a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC);	
*Unidade Fiscal de Referência do Estado do Ceará (Ufirce).	
	Potencial Poluidor-Degradador
Rede de Telefonia e de Fibra Ótica sem infraestrutura existente (Atividade 28.04)	BAIXO
	60*
Atividade sujeita a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC);	
*Unidade Fiscal de Referência do Estado do Ceará (Ufirce).	
•	

- FSC
 www.fsc.org
 MISTO
 Papel produzido
 a partir de fortles
 responsáveis
- § 1º A Superintendência Estadual do Meio Ambiente Semace fará o licenciamento ambiental de que trata o caput considerando a anuência para fins de licenciamento ambiental, emitida pelo Município em que se localizar a atividade ou empreendimento, bem como de manifestação de órgãos intervenientes, quando necessária.
 - § 2º As atividades previstas no caput ficam dispensadas da entrega do Relatório de Acompanhamento e Monitoramento Ambiental Rama.
 - § 3º Quando localizadas em zona rural, as atividades previstas no caput ficam isentas de custos de licenciamento ambiental.
- § 4º Fica vedada, no processo de licenciamento ambiental, a imposição de quaisquer requisitos, condições ou obrigações aos empreendimentos tratados nesta resolução que não estejam expressamente previstos em leis federais vigentes.
- Art. 2º Esta Resolução foi aprovada na 318ª Reunião Ordinária e entrará em vigor na data de sua publicação.

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, em Fortaleza, 01 de agosto de 2024.

Vilma Maria Freire dos Anjos PRESIDENTE DO COEMA

*** *** ***

RESOLUÇÃO COEMA Nº09, de 01 de agosto de 2024.

ALTERA A RESOLUÇÃO COEMA Nº07, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019

Art. 1º. No Anexo I da Resolução Coema nº07, de 12 de setembro de 2019, a tabela dos códigos 09.04, 28.01, 28.02, e 28.04 passam a vigorar com a seguinte redação:

CÓD	GRUPO DE ATIVIDADE	PD	PORTE	COMPETÊNCIA	TÉCNICAS	
09.00		SIST	EMAS DE COMUNICAÇÃO			
09.04	Linhas de Trans- missão acima de 138 kV	A	Micro, pequeno, médio, grande e excepcional	impacto regional	-	
CÓD	GRUPO DE ATIVIDADE	PPD	PORTE	COMPETÊNCIA	CONSIDERAÇÕ ES/TÉCNICAS	
28.00	8.00 SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO					
28.01	Estação de Rádio Base para Telefonia Móvel	M	Micro, pequeno, médio, grande e excepcional	impacto regional	+	
28.02	Estação Repetidora -Sistema de Telecomunicações	В	Micro, pequeno, médio, grande e excepcional	impacto regional	+	
28.04	Rede de Telefonia e de Fibra Ótica sem infraestrutura existente	В	Micro, pequeno, médio, grande e excepcional	impacto regional	-	

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - COEMA, em Fortaleza, 01 de agosto de 2024.

Vilma Maria Freire dos Anjos PRESIDENTE DO COEMA

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

PORTARIA Nº80/2024 - O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora MARINA SANTOS DA SILVA LOPES, ocupante do cargo de Gestor Ambiental, matrícula 000644-1-6, a viajar à Cidade de JUNDIAÍ -SP, no período de 22 a 26 de agosto do corrente ano, a fim de participar do IV Encontro Técnico Nacional de Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (ENACS), concedendo-lhe 4.5 (quatro e meia) diárias no valor unitário de R\$ 354,84 (trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), no total de R\$ 1.596,78 (um mil, quinhentos e noventa e seis reais e setenta e oito centavos), mais 01 (uma) ajuda de custo no valor